Número de ordem	Nome	Classificação	Observações
381	José Adelino Conceição Colaço	12,33	
382	Luísa Vidália Barbosa Cabral Costa	12,25	b)
383	Manuel Lourenço Pereira	12,25	b)
384	Maria Jesus Matos Henriques	12,21	
385	Almerinda Sousa Bártoleto Silva	12,06	b)
386	Maria Fátima Fernandes Marques	12,06	b)
387	Pedro Miguel Magalhães Maia Lopes	12,04	
388	José Luís Martins	12	
389	Isabel Maria Andrade Rodrigues Pereira	11,75	

Aplicação dos critérios de desempate fixados:

- Antiguidade na categoria;
- Antiguidade na carreira;
- Antiguidade na função pública;
- Antiguidade na Direcção-Geral dos Impostos;
- Idade.

Quota 2 — Candidatos de outros organismos

Número de ordem	Nome	Classificação
1	Sónia Maria Rodrigues Pena Patrão	18,75
2	Esperança Maria Sousa Moitoso Regelo	18,38
3	Hélia Maria Garcia Furtado Gomes	18,31
4	Paula Cândida Silva Castro	18,19
5	Anabela Gomes Ribeiro Baptista	18,08
6	José Rogério Melo Bulcão Castro	18,06
7	Dina Lurdes Goulart Rocha	17,94
8	Maria Paula Rodrigues Dias Velhinho	17,92
9	Maria Judite Ramalho Paixão Lopes	17,63
10	Armindo Brites Ferreira	17,60
11	Maria Custódia Martins Crispim Batista Silva	17,08

2 — Do presente projecto de lista de classificação final, e nos termos do n.º 1 do artigo 38.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, os interessados poderão dizer por escrito o que se lhes oferecer, no âmbito do exercício do direito de participação, no prazo de 10 dias úteis contados nos termos do artigo 44.º do referido diploma, devendo as alegações ser dirigidas ao presidente do júri do concurso e ser entregues pessoalmente ou remetidas pelo correio para a Direcção de Serviços de Gestão de Recursos Humanos, Rua do Comércio, 49, 3.º, 1149-017 Lisboa.

3 — Mais se informa que o processo de concurso encontra-se disponível para consulta dos interessados na Direcção de Serviços de Recursos Humanos, de segunda-feira a sexta-feira, das 9 horas e 30 minutos às 12 horas e das 14 horas e 30 minutos às 17 horas.

6 de Outubro de 2006. — O Director de Serviços, *Laudelino Pinheiro*

Aviso (extracto) n.º 11 267/2006

Por despachos da subdirectora-geral de 6 de Outubro de 2006, por delegação de competências do director-geral dos Impostos, são nomeados na categoria de técnico superior principal da área de gestão de recursos humanos, organização e documentação, da carreira técnica superior, do quadro da Direcção-Geral dos Impostos os candidatos aprovados no concurso interno de acesso limitado, aberto por aviso divulgado em 19 de Abril de 2006, ficando colocados nos respectivos quadros de contigência:

- 1.º José Alberto Jesus Pereira Peixoto.
- 2.º Maria Teresa Esteves Campos Romão Álvares.
- 3.º Ana Patrícia Mariano Godinho.
- 4.º Rita Isabel Santos Marques Morgado.
- 5.º Elsa Cristina Silvestre Santos Ferreira.

(Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

9 de Outubro de 2006. — O Director de Serviços, *Laudelino Pinheiro*.

Direcção-Geral do Orçamento

Aviso n.º 11 268/2006

1 — Nos termos dos artigos 27.º e 28.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, faz-se público que, por despacho do director-geral do Orçamento de 3 de Outubro de 2006, se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*, concurso interno de acesso visando o

preenchimento de um lugar na categoria de assessor de orçamento e conta principal, da carreira de técnico superior de orçamento e conta (área económica), do quadro de pessoal da Direcção-Geral do Orçamento, constante da Portaria n.º 471/2000, de 30 de Março, alterada pela Portaria n.º 576/2001, de 14 de Março.

2 — Quota para intercomunicabilidade vertical — nos termos do artigo 3.º, n.º 3, do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, e atentas as necessidades do serviço e o aproveitamento racional de recursos humanos, a quota de lugares a prover através do mecanismo da intercomunicabilidade vertical é de 0 %.

3 — Promoção da igualdade de oportunidades entre homens e mulheres (despacho conjunto n.º 373/2000, de 31 de Março):

«Em cumprimento da alínea *h*) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.»

4 — Prazo de validade — o concurso visa exclusivamente o provimento do lugar supramencionado, caducando com o respectivo preenchimento.

5 — Legislação aplicável — ao presente concurso aplicam-se, nomeadamente, os seguintes diplomas:

Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho;

Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, alterado, designadamente, pela Lei n.º 44/99, de 11 de Junho;

Decreto-Lei n.º 248/85, de 15 de Julho, alterado, designadamente, pela Lei n.º 10/2004, de 22 de Março;

Decreto-Lei n.º 141/2001, de 24 de Abril;
Decreto-Lei n.º 159/95, de 6 de Julho;
Decreto-Lei n.º 420/99, de 21 de Outubro;
Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, com alterações;
Decreto-Lei n.º 353-A/89, de 16 de Outubro, com alterações;
Decreto-Lei n.º 344/98, de 6 de Novembro;
Resolução do Conselho de Ministros n.º 97/2002, de 18 de Maio;
Código do Procedimento Administrativo, publicado em anexo ao Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro;
Lei n.º 10/2004, de 22 de Março;
Decreto Regulamentar n.º 19-A/2004, de 14 de Maio.

6 — Área e conteúdo funcionais — ao lugar a preencher correspondem as funções descritas no mapa 1 anexo ao Decreto-Lei n.º 420/99, na área funcional prevista no artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 344/98.

7 — Remuneração, local e condições de trabalho — as funções serão exercidas em Lisboa, sendo as condições de trabalho e as regalias sociais as genericamente vigentes para os funcionários da administração central e a remuneração a fixada nos termos dos Decretos-Leis n.ºs 353-A/89 e 420/99 e legislação complementar.

8 — Requisitos gerais e especiais de admissão a concurso — podem candidatar-se os funcionários que até ao termo do prazo fixado no n.º 1 reúnam cumulativamente os seguintes requisitos:

- a) Satisfaçam as condições previstas no artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98;
- b) Possuam licenciatura em Relações Internacionais;
- c) Apresentem um trabalho especializado de reconhecido mérito e interesse para a Direcção-Geral do Orçamento;
- d) Possuam a categoria de assessor de orçamento e conta há, pelo menos, três anos, classificados de *Muito bom*; ou
- e) Possuam a categoria de assessor de orçamento e conta há, pelo menos, cinco anos, com classificação não inferior a *Bom*.

9 — Métodos de selecção — a selecção será feita mediante avaliação curricular, com carácter eliminatório, na qual serão obrigatoriamente tidos em conta os factores referidos no artigo 22.º, n.º 2, do Decreto-Lei n.º 204/98, bem como o trabalho especializado apresentado pelos candidatos nos termos do disposto no artigo 3.º, n.º 2, alínea a), do Decreto-Lei n.º 420/99, e entrevista profissional de selecção, com carácter complementar.

9.1 — A avaliação curricular visa avaliar as aptidões profissionais dos candidatos na área funcional referida no n.º 6 deste aviso com base na análise do respectivo currículo profissional e do trabalho especializado referido nos n.ºs 8, alínea c), e 9.

9.2 — A entrevista profissional de selecção visa avaliar, numa relação interpessoal e de forma objectiva e sistemática, as aptidões profissionais e pessoais dos candidatos.

10 — Classificação final — a classificação final dos concorrentes, expressa na escala de 0 a 20 valores, resulta da média aritmética simples das classificações obtidas em todos os métodos de selecção, considerando-se não aprovados os candidatos que obtiverem, na avaliação curricular ou na classificação final, classificação inferior a 9,5 valores.

10.1 — Em caso de igualdade de classificação final, a ordenação dos candidatos admitidos é definida de acordo com os critérios de preferência previstos no artigo 37.º, n.ºs 1 e 3, do Decreto-Lei n.º 204/98.

11 — Critérios de apreciação e ponderação dos métodos de selecção e sistema de classificação final — os critérios de apreciação e ponderação da avaliação curricular e da entrevista profissional de selecção, bem como o sistema de classificação final, incluindo a respectiva fórmula classificativa, constam de actas de reuniões do júri do concurso, que serão facultadas aos candidatos sempre que solicitadas.

12 — Formalização das candidaturas:

12.1 — Forma, prazo e local de apresentação — as candidaturas deverão ser apresentadas até ao termo do prazo fixado no n.º 1 e formalizadas em requerimento datado e assinado, redigido em papel normalizado, dirigido ao director-geral do Orçamento e acompanhado dos documentos referidos no n.º 12.3, podendo ser entregues pessoalmente na Direcção-Geral do Orçamento, Direcção de Serviços de Gestão de Recursos Humanos, Rua da Alfândega, 5 e 5-A, 2.º, 1100-016 Lisboa, ou remetidos para o mesmo endereço em carta registada e com aviso de recepção, expedidos até ao termo do prazo referido no n.º 1 deste aviso.

12.2 — Do requerimento deverão constar os seguintes elementos:

- a) Identificação completa do candidato — nome, filiação, nacionalidade, naturalidade, data de nascimento, número e data do bilhete de identidade e serviço de identificação que o emitiu, número de contribuinte fiscal, telefone de contacto nas horas de expediente, residência, código postal e endereço para o qual deverá ser remetida qualquer correspondência relativa ao concurso, caso difira daquela;
- b) Habilitações literárias;

c) Categoria detida, serviço a cujo quadro pertence e serviço onde exerce funções, caso não coincidam, e natureza do vínculo à Administração;

d) Identificação do concurso a que se candidata (v. o n.º 1 deste aviso);

e) Declaração, sob compromisso de honra, de que preenche os requisitos gerais de admissão a concurso previstos no artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98.

12.3 — O requerimento de admissão deverá ser acompanhado dos seguintes documentos:

a) Fotocópia do certificado comprovativo das habilitações literárias;
b) Declaração actualizada, emitida e autenticada pelo serviço a cujo quadro o candidato pertence, da qual constem, de forma inequívoca, a categoria detida, a natureza do vínculo à Administração, a antiguidade na actual categoria, na carreira e na função pública e ainda as classificações de serviço, na sua expressão quantitativa, relativas aos anos relevantes para concurso;

c) Currículo profissional detalhado, do qual devem constar, designadamente, as funções que exerce e que exerceu anteriormente, com indicação dos correspondentes períodos e das actividades relevantes, assim como a formação profissional detida (cursos, estágios, especializações, acções de formação, seminários, conferências, etc.), com indicação da respectiva duração, datas de realização e entidades promotoras.

12.4 — Relativamente aos candidatos pertencentes à Direcção-Geral do Orçamento, a declaração a que se refere a alínea b) do n.º 12.3 será emitida pela Direcção de Serviços de Administração a requerimento daqueles. É dispensada aos mesmos candidatos a entrega de documentos comprovativos que se encontrem arquivados no respectivo processo individual, devendo o exercício desta opção ser expressamente declarado no requerimento a que se refere o n.º 12.1.

12.5 — Nos termos do disposto no artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 204/98, o júri pode solicitar aos candidatos e ou aos respectivos serviços de origem outros elementos considerados necessários à instrução do processo de concurso.

12.6 — As falsas declarações são puníveis nos termos da lei.

13 — Publicitação dos resultados — a relação de candidatos admitidos e excluídos a concurso e a lista de classificação final dos candidatos admitidos serão afixadas na Direcção-Geral do Orçamento, Direcção de Serviços de Gestão de Recursos Humanos, Rua da Alfândega, 5 e 5-A, 2.º, em Lisboa, para além de notificadas nos termos dos artigos 34.º e 40.º do Decreto-Lei n.º 204/98.

14 — Suprimento da avaliação do desempenho — o eventual suprimento da avaliação de desempenho será efectuado mediante requerimento do interessado, dirigido ao presidente do júri do concurso, apresentado até ao termo do prazo referido no n.º 1, e instruído com declaração, emitida e autenticada pelo serviço a cujo quadro o candidato pertence, da qual conste, de forma inequívoca, que aquele se encontrou/encontra em situação inviabilizadora de atribuição de classificação/avaliação ordinária ou extraordinária e, bem assim, as classificações de serviço, na sua expressão qualitativa e quantitativa, que obteve ao longo do seu percurso profissional, com indicação das correspondentes categorias.

15 — Júri — o júri do presente concurso terá a seguinte composição:

Presidente — Maria Joaquina Isidoro dos Santos Concruta, directora de contabilidade.

Vogais efectivos:

Licenciada Maria Teresa Gonçalves da Cruz, directora de contabilidade, que substituirá a presidente nas suas faltas e impedimentos.

Laurinda da Silva Pinto Santos Ferreira, chefe de divisão de Contabilidade.

Vogais suplentes:

Licenciada Maria Clara Pinheiro Lacerda de Brederode Gonçalves da Silva, directora de contabilidade.

Licenciada Odete de Carvalho Ferreira, directora de contabilidade.

3 de Outubro de 2006. — A Subdirectora-Geral, *Luísa Barata*.

Instituto de Seguros de Portugal

Decisão n.º 2/2006

Norma de autorização n.º 6/2006-A

Tendo sido requerida ao Instituto de Seguros de Portugal autorização para a substituição de uma empresa de seguros dos ramos Não vida, com a denominação MULTICARE — Seguros de Saúde, S. A.;

Considerando a conformidade do requerimento nos seus aspectos jurídico-económicos com o disposto no Decreto-Lei n.º 94-B/98, de